

AVALIAR AS CIÊNCIAS SOCIAIS EM PORTUGAL

Autores:

Prof. Dr. Xerardo Pereiro (xperez@utad.pt)

Prof. Dr. Edgar Bernardo (edgaracb@utad.pt)

Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG), Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Edifício do Pólo II da ECHS, Quinta de Prados, 5000-103- Folhadela -VILA REAL (PORTUGAL),

Resumo

A propósito da recente avaliação internacional, coordenada pela FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), dos centros de investigação nacional portugueses e no âmbito das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia, Demografia e Geografia) realizámos uma análise crítica do relatório de avaliação do painel de especialistas internacionais, todos eles estrangeiros. Louvar que este relatório foi público e permite-nos fazer uma reflexão ponderada sobre algumas linhas de força e valor para as ciências sociais em contexto europeu. Em total foram avaliados neste painel 18 centros de investigação, e como em qualquer avaliação, esta deixou alguns contentes e outros descontentes. Três centros (CES, CIEG e ICS) receberam avaliação de “excelente”, sete centros foram considerados “muito bom” (CEG, CIES-IUL, CRIA, CSG, DINÂMIA-CET-IUL, IS-UP, GOVCOPP), cinco “bom” (CLISSIS, CICS-NOVA, CIAS, CETRAD, CEGOT) e três como “fracos” ou “insuficiente” (CEMRI, RECI, AGE.COM).

Palavras-chave: Ciências Sociais, Portugal, avaliação FCT, crítica da avaliação da ciência.

Abstract

Regarding the recent international evaluation, coordinated by the FCT (Foundation for Science and Technology - Ministry of Science, Technology and Higher Education), the Portuguese national research centers and the Social Sciences (Sociology, Anthropology, Demography and Geography), we have carried out a critical analysis of the evaluation report of the panel of international experts, all of them foreigners. Praise that this report has been public and allows us to reflect carefully on some lines of strength and value for the social sciences in the European context. In total 18 research centers were evaluated in this panel, and as in any evaluation, it made some happy and some unhappy. Three centers (CES, CIEG and ICS) were rated “excellent”, seven centers were rated “very good” (CEG, CIES-IUL, CRIA, CSG, DYNAMY-CET-IUL, IS-UP, GOVCOPP), five “good” (CLISSIS, CICS-NOVA, CIAS, CETRAD, CEGOT) and three as “weak” or “insufficient” (CEMRI, RECI, AGE.COM).

Keywords: Social Sciences, Portugal, FCT assessment, critique of science assessment.

O processo de avaliação dos centros de Ciências Sociais portugueses decorreu durante o ano académico 2018-2019 e concluiu com visitas aos centros dos avaliadores externos durante a primavera de 2019. Estas visitas foram desenvolvidas em duas semanas de estadia por um painel externo de grande reputação nas ciências sociais. As visitas tiveram a duração aproximada de 5 horas e seguiram um protocolo muito semelhante: apresentação do projeto estratégico pela direção do centro e pequenas reuniões com os investigadores e, em alguns casos, com agentes sociais locais. Destacar que previamente à visita, os avaliadores dispunham de um relatório de autoavaliação liderado pelas direções dos centros.

Após a nossa análise do relatório final preliminar (cf. <https://www.fct.pt/apoios/unidades/avaliacoes/2017/>) podemos retirar algumas ilações importantes para o futuro das ciências sociais em Portugal. A nossa análise será crítica e subjetiva, mas não subjetivista, feita por investigadores de um centro de investigação, o CETRAD da UTAD, uma universidade pública geograficamente periférica, mas intelectualmente cosmopolita, global e destacadamente central em todos os problemas do desenvolvimento do interior do país e da fronteira com o vizinho Estado espanhol.

Os critérios que a FCT considerou no guião de avaliação externa foram estes:

- a) Qualidade, mérito, relevância e internacionalização das atividades de investigação e desenvolvimento;
- b) Mérito da equipa de investigadores integrados;
- c) O grau de adequação dos objetivos, da estratégia, do plano de atividades e da organização dos centros.

Após uma leitura atenta e uma análise dos conteúdos dos relatórios de avaliação externa, o que se valorizou como positivo foram nove linhas de trabalho:

A *internacionalização da investigação científica*, entendida como grande quantidade de publicações em revistas e editoras internacionais, especialmente artigos científicos, é redutora e simplista. Ademais se, como o próprio painel, se julgar apenas as revistas que são consideradas como enquadráveis neste discurso “internacionalista”. Revistas que ‘têm que estar bem posicionadas na Scopus e no ISI’, duas indexações tidas como referência de qualidade e exigência científica. Esta exclusividade de indexação acaba por deixar de lado, ou ignorar, outros índices importantes de qualidade e de elevado mérito científico que não se fecham nos barómetros científicos anglo-saxónicos dominantes que em muitos casos respondem a obscuros interesses do capitalismo académico atualmente dominante.

Naturalmente que se deve estimular a produção em outras línguas que não apenas o português, como o relatório o aponta corretamente, todavia há que considerar que para tal os centros e as universidades necessitam de recursos como gabinetes de tradução e revisão linguística profissional permanentes que permitam comunicar internacionalmente ciência com rigor científico e não apenas académico. Além da questão da língua e da indexação, temos de reconhecer que se valorizamos apenas a publicação em revistas estamos a desprezar e infra valorizar outras formas de investigação científico-social, algumas clássicas como os capítulos de livros ou os livros, e outras mais contemporâneas como os formatos audiovisuais e tecnológicos de comunicação de resultados científicos.

A internacionalização é entendida no relatório como incorporadora da organização de congressos internacionais de relevo, a participação dos investigadores em sociedades científicas internacionais, a receção de investigadores visitantes e igualmente o mérito internacional dos currículos dos investigadores do centro. Este esforço de internacionalização é passível ser rotulada como o pagamento pelo “Open Access”, uma contrapartida que expressa num exercício de usura praticado por algumas editoras internacionais hegemónicas, e que dominam as consideradas ‘melhores’ revistas da especialidade. Neste sentido, alguns países do âmbito da

União Europeia já estão a recusar ter que pagar esse acesso aberto por publicações de resultados de projetos científicos financiados com dinheiros públicos, questionando assim a apropriação particular empresarial que alguns destes grupos editoriais fazem para manter os seus negócios. Este exercício de investimento público para benefício privado está hoje em debate face a uma ciência de orientação pública, uma ciência de qualidade que responda à revisão crítica dos pares, mas sem fronteiras para chegar à sociedade. Neste sentido vejam a Declaração de São Francisco ou DORA (cf. <https://sfdora.org/>) ou o manifesto sobre a necessidade de uma ciência mais lenta para atingir mais qualidade (cf. <http://slow-science.org/>). Nessa linha, alguém deveria explicar aos avaliadores externos que as universidades portuguesas têm feito um grande e frutífero esforço em construir repositórios institucionais de publicações, que hoje em dia estão em rede, online e com a maioria das publicações acessíveis.

Em todos os relatórios de avaliação dos centros é realçada a importância da conexão entre o local, o nacional e o global, sendo a internacionalização sinónimo de maior qualidade, o que sem dúvida é frontalmente discutível, tal como o significado da internacionalização que deve ser mais ponderada, refletiva e objetivada na avaliação dos centros, sem confundir bibliometria com avaliação. Igualmente discutível nos relatórios, é o equilíbrio supostamente positivo entre as publicações académicas e as publicações com grande audiência recorrendo a uma argumentação ambígua e até confusa. Em suma, são vários os campos de batalha científico que os centros e os investigadores sociais têm de jogar com estas dinâmicas de modo a poder ter financiamento e avaliação positiva.

No que se refere à *formação e integração de novos investigadores*, o relatório propõe a criação de programas de doutoramento e a integração de jovens investigadores nos centros, doutorados e pós-doutorados, especialmente, tendo em atenção os sistemas internos institucionalizados de partilha de experiências de investigação para um maior acolhimento e sentimento de pertença dos investigadores. No entanto, o painel realçou que estes novos investigadores devem procurar uma produção de teses de doutoramento em língua inglesa e com base em artigos ISI – SCOPUS, algo que, por um lado, nos faz retomar às críticas anteriores e, por outro, não faz referência às principais barreiras à integração de jovens investigadores nos centros e academias. Falamos obviamente dos baixos valores das bolsas, em particular das bolsas de doutoramento, da falta de incentivos e apoios financeiros para investigadores que estejam deslocados, e em particular, da situação de precariedade agravada dos bolseiros dos centros e dos seus vários projetos que vêm a sua contribuição à Segurança Social forçada a um ‘seguro social voluntário’ que não lhes garante um subsídio de desemprego no final dos projetos a que estão agregados, nem uma carreira contributiva justa e realista. A isto poderíamos acrescentar barreiras à sua produtividade como a elevada burocratização dos projetos de investigação que assumem investigadores como transgressores, recursos e ferramentas disponíveis limitados aos previstos estritamente nos projetos a que participam, algumas limitações no acesso a informação e bases de dados (como base de dados ou de revistas).

O próximo ponto prende-se com a *participação e liderança de projetos de investigação internacionais como os do H2020, as Marie Curie Actions, FP7, HERA, ERA net, MSC actions e as ERC grants*. Esta viragem forçada para projetos europeus é prova do eurocentrismo do painel de avaliação que reduz o internacional ao europeu, esquecendo ou não destacando a cooperação internacional com América Latina, África e Ásia que alguns centros de investigação portugueses desenvolvem e que está diretamente relacionado com percurso histórico e social da sociedade portuguesa. Esta forma de olhar para o umbigo europeu obriga-nos a pensar as ciências sociais para dentro e não para fora, mas o mundo não acaba nem começa na Europa. O que aqui se apresenta com esta mensagem é o de colocar na agenda política da investigação social portuguesa a europeização de Europa, uma grande obsessão e teima da própria União Europeia. Uma posição tão europeísta que acaba por dar uma avaliação inferior aos projetos aprovados pela própria FCT, destacando na classificação os projetos da União Europeia.

Em seguida, *a criação e desenvolvimento de políticas públicas e de planificação*, valoriza a aplicabilidade e a intervenção pública das ciências sociais, sendo que alguns centros poderão sentir-se confortáveis e outros nem tanto, porque se dedicam mais a pensar e refletir as políticas e os seus efeitos do que a construir políticas. O que está claro na avaliação é a desigualdade entre centros e ciências sociais na adoção desta estratégia de investigação-ação. Em algumas notas dos relatórios indica-se como importante o efeito também nos meios de comunicação, algo que talvez poderia ser melhor objetivado e mais aprofundado no guião de avaliação da FCT.

Já a *participação em redes internacionais e redes colaborativas, a expansão do conhecimento, a edição própria de revistas indexadas internacionalmente*, é possivelmente um bom exemplo de como um critério à priori positivo, acaba por excluir algumas revistas portuguesas de Ciências Sociais, muitas delas com grande qualidade, indexação e reconhecimento científico internacional, reforçando-se a mensagem de que ‘o que vem de fora é sempre bom’ e colocando-nos numa posição crítica passível de ser erroneamente rotulada de nacionalista e bairrista.

O relatório remete ainda para *a especialização, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade*, os ordinários ‘chavões’ que surgem em todas as avaliações científicas e pouco praticadas no caso das últimas, são outros dos tópicos dos relatórios de avaliação externa dos centros que merecem maior atenção, nem que seja para se discutir como medir a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade.

Os avaliadores sugerem a disposição *de mecanismos de monitorização dos efeitos sociais da nossa investigação, não apenas no campo científico como na sociedade em geral*. Isto representa um desafio para os centros, algo que os investigadores e as instituições universitárias de acolhimento dos centros não serão capazes de realizar sem recursos humanos e financeiros para o efeito. A “cultura do desenrasque” que foi promovida no passado não se pode confundir com a necessária cultura de criatividade e estímulo científico, assim, os centros necessitam de possuir ou criar condições materiais e imateriais para acompanhar os efeitos das investigações.

Seguidamente referem-se *as infraestruturas do centro*, a atratividade do lugar do centro, o ambiente de investigação bem organizada (ex. observatórios), a boa estrutura de governança participativa, a grande comunicação entre os investigadores (ex. reuniões, encontros, grupos de debate, escolas de verão, dia anual do centro para planeamento estratégico...), a existência de uma comissão de ética no centro, o apoio administrativo. Ou seja, a existência de um sistema de incentivos e prémios à produção científica, apoios aos investigadores para ir a conferências, traduções, edição de publicações, candidaturas de bolsas e projetos. Itens valorizados como importantes pelos avaliadores externos que se relacionam com a necessidade de *inovação em teoria e métodos de investigação e a participação dos investigadores em comissões editoriais de revistas científicas*, itens valorizados transversalmente como sinónimo da qualidade de um bom centro de investigação em ciências sociais.

Por outro lado, o painel de avaliação valorizou negativamente alguns centros em nove itens que devemos considerar com atenção. Desde logo uma crítica às *investigações com um efeito social local ou paroquialista*, comum em investigações excessivamente especializadas ou referentes a parâmetros que impossibilitem uma generalização ou aplicação mais abrangente. O painel considerou que as instituições universitárias estão a *privilegiar excessivamente o ensino, prejudicando a sua capacidade de investigação*, algo que está ligada a uma outra valorização negativa que remete para *a falta de incentivos para participar em projetos internacionais*. Isto é, o tempo dedicado ao ensino penaliza a produção científica, em particular colaborações internacionais. O painel sugere *a não circulação entre o ensino e a investigação, de modo a permitir a dedicação exclusiva ou quase exclusiva à investigação*. Adicionalmente, o painel apontou o dedo às investigações que tendem a ser *muito aplicadas e*

pouco teóricas, não contribuindo com conhecimento útil a outros, o que é agravado pela qualidade dos projetos nacionais de investigação.

Estas avaliações conduziram o painel a concluir que não existe um *plano estratégico bem elaborado nos centros*, pelo que a investigação tende a não seguir *os standards internacionais de conhecimento científico e cooperação interdisciplinar*. Em resultado a *comunicação científica popular ou divulgação científica* nos nossos centros necessita de melhorar.

Em jeito de sumário, consideramos que a investigação social em Portugal goza de boa saúde, que a avaliação FCT foi transparente e indica quais as regras e caminhos a seguir para atingir resultados positivos, mas também é certo que precisa de alguns ajustes críticos relativos a uma reflexão mais ponderada sobre a ideia de internacionalização do conhecimento científico, a organização dos centros, o questionamento do capitalismo académico como totem da qualidade da investigação e a maior objetivação e clareza dos itens de avaliação a considerar.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/SOC/04011/2019. “Este trabalho enquadra-se no projeto de I&D “Património cultural da Euro-região Galiza-Norte de Portugal: Valorização e Inovação. GEOARPAD” Programa operativo EP - INTERREG V A Espanha Portugal (POCTEP). Convocatória 1, Identificador 769- GEOARPAD (0358_GEOARPAD_1_E), financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa de Cooperação INTERREG V-A Espanha-Portugal 2014-2020 (POCTEP)”.

